RESOLUÇÃO GPGJ Nº 1206**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003**

CRIA, POR TRANSFORMAÇÃO, ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICA ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ nº 993, de 21 de agosto de 2001, criou a 25ª Promotoria de Justiça junto ao 10º Centro Regional de Apoio Administrativo - Institucional, com atribuição para substituição e auxílio junto às Promotorias de Justiça de Execução Penal e às 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Substituição Regional junto ao 2º Centro Regional de Apoio Administrativo - Institucional, ora vagas;

CONSIDERANDO a premente necessidade de ampliação da atuação do Ministério Público junto às Promotorias de Justiça de Execução Penal;

CONSIDERANDO a necessidade de reequacionar as atribuições cometidas aos órgãos do Ministério Público, para melhor adequá-los às reais demandas a que são submetidos;

CONSIDERANDO os elementos constantes do procedimento nº MP 2003.001.31840-00;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça na Sessão de 16 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam criadas na estrutura do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro as 9ª, 10ª e 11ª Promotorias de Justiça de Execução Penal, por transformação, respectivamente, da 25ª Promotoria de Justiça junto ao 10º Centro Regional de Apoio Administrativo - Institucional e das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Substituição Regional junto ao 2º Centro Regional de Apoio Administrativo - Institucional.

Art. 2º - Em virtude do disposto no art. 1º desta Resolução, os órgãos de execução do Ministério Público com atuação perante a Vara de Execução Penal abaixo relacionados exercerão as suas atribuições da seguinte forma:

A 1ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados presos, final de RG 07, Agravos, Departamento de Controle de Execução Penal (DPCE), Instrumento de Execução Penal (IEP), Escrivania, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais, Divisão de Processamento (DVAP) e para a fiscalização das Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto);

A 2ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados presos, final de RG 04, Agravos, Departamento de Controle de Execução Penal (DPCE), Instrumento de Execução Penal (IEP), Escrivania, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais, Divisão de Processamento (DVAP) e para a fiscalização das Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto);

A 3ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados presos, final de RG 05, Agravos, Departamento de Controle de Execução Penal (DPCE), Instrumento de Execução Penal (IEP), Escrivania, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais, Divisão de Processamento (DVAP) e para a fiscalização das Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto);

A 4ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados presos, final de RG 01, Agravos, Departamento de Controle de Execução Penal (DPCE) , Instrumento de Execução Penal (IEP), Escrivania, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais, Divisão de Processamento (DVAP) e para a fiscalização das Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto);

A 5ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados presos, final de RG 08, Agravos, Departamento de Controle de Execução Penal (DPCE) , Instrumento de Execução Penal (IEP), Escrivania, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais, Divisão de Processamento (DVAP) e para a fiscalização das Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto);

A 6ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados presos, final de RG 06, Agravos, Departamento de Controle de Execução Penal (DPCE) , Instrumento de Execução Penal (IEP), Escrivania, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais, Divisão de Processamento (DVAP) e para a fiscalização das Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto);

A 7ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados presos, final de RG 02, Agravos, Departamento de Controle de Execução Penal (DPCE) , Instrumento de Execução Penal (IEP), Escrivania, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais, Divisão de Processamento (DVAP) e para a fiscalização das Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto);

A 8ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados presos, final de RG 00, Agravos, Departamento de Controle de Execução Penal (DPCE) , Instrumento de Execução Penal (IEP), Escrivania, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais, Divisão de Processamento (DVAP) e para a fiscalização das Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto);

A 9ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados soltos (Sursis, restritivas de Direito, não privativas de liberdade, multa, livramento condicional e medidas de segurança), Agravos, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais e para a fiscalização do Patronato (sursis, livramento condicional e limitação de fim de semana), Nosocômios Psiquiátricos e Instituições conveniadas junto à Central de Penas e Medidas Alternativas (CEPA), para cumprimento das penas alternativas relativas a processos de réus soltos;

A 10ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados presos, final de RG 03, Agravos, Departamento de Controle de Execução Penal (DPCE) , Instrumento de Execução Penal (IEP), Escrivania, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais, Divisão de Processamento (DVAP) e para a fiscalização das Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto);

A 11ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, com atribuição para oficiar nos processos de apenados presos, final de RG 09, Agravos, Departamento de Controle de Execução Penal (DPCE) , Instrumento de Execução Penal (IEP), Escrivania, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Procedimentos Especiais, Divisão de Processamento (DVAP) e para a fiscalização das Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto);

Art. 3º - As Promotorias de Justiça, com atribuição na matéria, apresentarão cronograma das inspeções nas Unidades Prisionais, Nosocômios Clínicos e Patronato (regime aberto), semestralmente, nos meses de janeiro e julho do ano civil e, trimestralmente, apresentarão o relatório respectivo, nos meses de março, julho, setembro e dezembro de cada ano.

Art. 4º - Vagando duas Promotorias de Justiça de Substituição Regional Específica de Execução Penal junto ao 10º Centro Regional de Apoio Administrativo - Institucional, serão elas transformadas nas 12ª e 13ª Promotorias de Justiça de Execução Penal, cujas atribuições serão fixadas em Resolução própria.

Art. 5º - As 9ª, 10ª e 11ª Promotorias de Justiça de Execução Penal serão oferecidas a provimento, por remoção, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Resolução.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2003
ANTONIO VICENTE DA COSTA JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça